

EMPREENDIMENTO

EÓLICO DE

ALVADIA, LDA.



Parque Eólico do Alvão 2ª Fase

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL RESUMO NÃO TÉCNICO



Fevereiro de 2003

1. Em que consiste o Resumo Não Técnico ?

Este Resumo Não Técnico é um volume independente que integra o Estudo de Impacte Ambiental da 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão. Destina-se, como o nome indica, a ser um documento de grande divulgação, escrito em linguagem acessível a todos. Por isso, caso pretenda obter informações mais aprofundadas sobre os efeitos que a 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão vai ter sobre o Ambiente, deve consultar o Estudo de Impacte Ambiental, que está disponível nas Câmaras Municipais de Vila Pouca de Aguiar e de Ribeira de Pena, na Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território do Norte (DRAOT Norte), no Porto, e no Instituto do Ambiente, em Lisboa. Apesar do Estudo de Impacte Ambiental ser um documento técnico, nas duas últimas entidades mencionadas, poderá obter esclarecimentos, uma vez que existem técnicos disponíveis para o fazerem.

2. O que é o Projecto da 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão ?

O Projecto da 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão é uma ampliação do Parque Eólico existente (1ª Fase do Parque Eólico do Alvão), que é constituído por seis aerogeradores, um Edifício de Comando com a respectiva Subestação e um ramal de ligação à Rede Eléctrica Nacional. Este Parque está já em funcionamento desde Março de 2002.

A 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão será constituída por seis (6) aerogeradores, ligados entre si por cabos enterrados em valas. Os aerogeradores são equipamentos que permitem recuperar e transformar a energia do vento em energia eléctrica, através do movimento giratório das suas pás. A energia produzida pelos aerogeradores será fornecida à Rede Eléctrica Nacional para consumo.

O transporte da energia produzida, desde os aerogeradores até à subestação já construída, far-se-á através de linha aérea a 60 kV (média tensão). Embora tenha sido estudada a opção em vala por cabo enterrado, a opção da linha aérea foi a pretendida pelo Instituto de Conservação da Natureza (ICN), durante o desenvolvimento do EIA.

O acesso a esta área será feito por um caminho a melhorar/construir a partir da Estrada Municipal (EM) 313, localizada a Sul, para o qual foram estudadas três hipóteses alternativas.

A empresa que propõe a construção deste parque é a EEA – Empreendimento Eólico de Alvadia, S.A.

Os aerogeradores a instalar na 2ª Fase serão todos iguais, com uma potência de 1.800 kW, cada um. Na Figura 1 apresenta-se uma fotografia dos aerogeradores instalados na 1ª Fase do

Parque Eólico do Alvão. Os aerogeradores a instalar na 2ª Fase terão a mesma altura que estes, ou seja, 65 m de altura. Como se pode observar, estes equipamentos são constituídos, por uma torre cónica em aço (que vai afunilando em altura). Os aerogeradores possuem um rotor (motor com movimento giratório) com três pás. As pás descrevem um círculo com um diâmetro de 70 m.



Figura 1 – Aerogeradores instalados na 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão.

Dado que a 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão já foi implementada, a 2ª Fase necessita apenas da instalação dos seguintes elementos, a nível de equipamentos e instalações eléctricas:

- Aerogeradores;
- Rede de média tensão, que ligará o aerogerador 12 da 2ª Fase à subestação existente. Esta interligação eléctrica poderá ser realizada através de cabo eléctrico totalmente enterrado em vala, ou, através uma linha mista que terá um troço significativo em linha eléctrica aérea, sendo que a última opção é a pretendida pelo ICN, como referido. Para melhor compreensão desta opção, a Figura 2 evidencia a tracejado os troços enterrados da linha, e, a cheio o troço aéreo.
- Rede de terras.

Os trabalhos de construção civil deste parque eólico compreendem:

- Acesso principal à 2ª Fase, a partir da EM 313, para o qual foram analisadas três alternativas diferentes;
- Acessos dentro do Parque;
- Fundações das torres dos aerogeradores;
- Plataforma das torres;
- Valas para instalação da rede de cabos (para ligar os aerogeradores entre si e eventualmente as duas Fases do Parque Eólico);

- Implantação dos apoios de linha eléctrica aérea que ligará os 6 aerogeradores de Chã à 1ª Fase, no caso de opção por esta hipótese;
- Recomposição do terreno e coberto vegetal (recuperação paisagística) nos locais que tenham sido afectados pelos trabalhos.

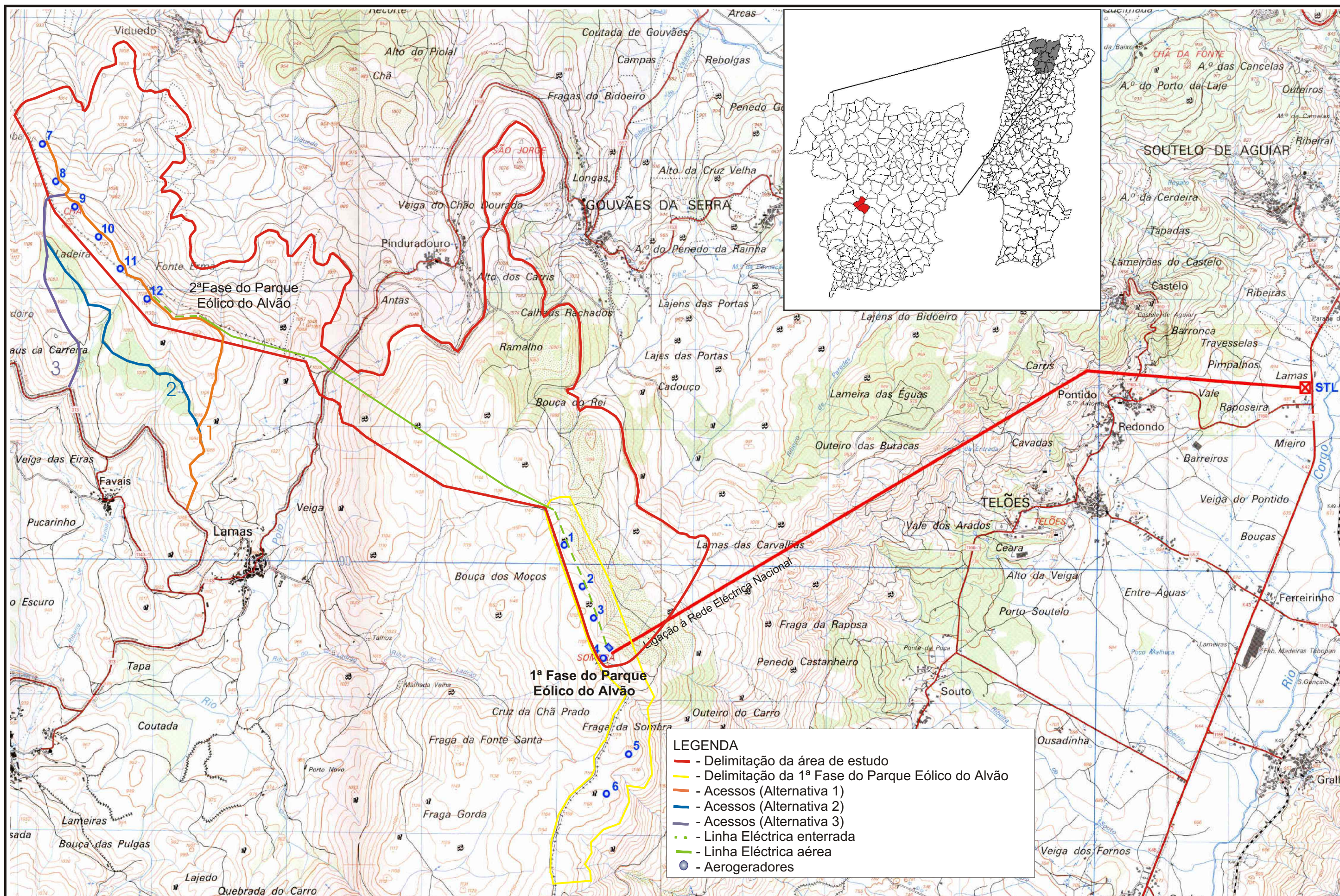
O Parque Eólico ficará ligado à Rede Eléctrica de Distribuição, a partir da subestação construída para a 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão, através da linha de média tensão (60 kV) que liga a Lamas, Soutelo de Aguiar.

O acesso será realizado por um caminho a abrir/melhorar que partirá da EM 313, localizada a Sul, por forma a permitir a passagem de veículos pesados e sempre que a inclinação dos terrenos o permitir, a passagem da grua para montagem dos aerogeradores. No interior do Parque apenas serão abertos os acessos essenciais à localização dos aerogeradores. Todos estes caminhos possuirão uma cobertura em “*tout-venant*” (mistura de areia e brita, devidamente compactada), o que permitirá que as águas da chuva se infiltrem, evitando efeitos graves a nível da alimentação das águas subterrâneas. Ao longo do caminhos haverá uma vala de drenagem para as águas de escorrência, de modo a evitar efeitos de erosão nos terrenos envolventes.

3. Onde se localiza a 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão ?

A 2ª Fase do Parque Eólico do Alvão localiza-se na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, nas freguesias de Santa Marta da Montanha e Gouvães da Serra, em área com interesse em termos de Conservação da Natureza (Rede Natura 2000). A localização geral do Parque (incluindo a 1ª e 2ª Fases), a localização dos aerogeradores e dos respectivos acessos (incluindo os caminhos alternativos estudados de acesso ao sítio de Chã), do corredor da linha eléctrica entre as duas fases, assim como a ligação da subestação à rede eléctrica de distribuição (já existente) são apresentados na Figura 2.

As três alternativas estudadas para o acesso à área de Chã, a partir da EM 313 que passa a sul, encontram-se devidamente sinalizadas na Figura 2, estando a alternativa 1 marcada a laranja, a alternativa 2 marcada a azul, e, a alternativa 3 marcada a roxo. Estas hipóteses alternativas para acesso a Chã encontram-se no concelho de Ribeira de Pena, freguesia de Alvadia. É importante destacar que o limite dos dois concelhos, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, encontra-se mal assinalado nas Cartas Militares à escala 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército, bem como nas cartas dos Planos Directores Municipais dos dois concelhos, o que é reconhecido pelas pessoas da região e detectado já como um domínio a corrigir na cartografia.



4. Porquê a energia eólica ? Que vantagens traz ?

A energia eólica é uma fonte de energia renovável e não gera emissões de gases poluentes nem gases com efeito de estufa, sendo considerada uma fonte de energia “limpa”. Esta energia é explorável em diversas regiões do nosso país, que foram estudadas pelo facto de terem ventos mais fortes e regulares, como as regiões montanhosas, que permitem um aproveitamento mais equilibrado deste recurso renovável.

No início da década de 70, com a crise mundial do petróleo, houve um grande interesse dos países europeus e dos Estados Unidos em desenvolver equipamentos para produção de electricidade que ajudassem a diminuir a dependência do petróleo e carvão. A utilização da energia eólica para a produção de electricidade, em escala industrial, teve início nessa altura e, com base nos conhecimentos da indústria aeronáutica, os aerogeradores evoluíram rapidamente, sendo actualmente produtos de alta tecnologia.

O desenvolvimento da energia eólica foi, ainda, acelerado após a Conferência Internacional que se realizou em Quioto (Japão), em 1997, porque os países comprometeram-se a reduzir as emissões de gases causadores do efeito de estufa, que originam alterações climáticas a nível mundial, podendo pagar, no futuro, multas pesadas se não o fizerem.

A União Europeia estabeleceu como meta para 2005, que a contribuição das Fontes de Energia Renováveis aumentasse dos actuais 4% para 8% do total de consumo energético. Assim, a energia eólica, poderá representar um papel relevante no cumprimento deste objectivo, uma vez que está proposta a instalação de uma capacidade de 40 000 MW até 2010, fornecendo electricidade a, aproximadamente, 50 milhões de pessoas.

Em Portugal vive-se, ainda, numa situação de grande dependência internacional, no que diz respeito ao abastecimento de energia, uma vez que não são conhecidas reservas importantes e economicamente exploráveis de qualquer tipo de combustíveis fósseis (carvão, gás e petróleo). Assim, a energia eólica surge como uma forma de energia renovável com grandes potencialidades no nosso país, sendo explorada, pelo menos, desde o século XV, através dos moinhos de vento, utilizados para moagem de cereais. Outro exemplo da forte tradição portuguesa na utilização do vento como fonte de energia tem a ver com a navegação marítima.

O primeiro Parque Eólico em Portugal foi instalado nos Açores em 1989 e, até 1996, apenas as ilhas da Madeira e dos Açores foram exploradas, com a excepção de um pequeno projecto de 1,8 MW perto de Sines, o primeiro construído em Portugal Continental, em 1992. Entretanto, tem-se assistido a um enorme crescimento da exploração desta forma de energia, sendo que no final de 2002, a potência total dos parques eólicos instalados era de 160 MW (instalados

desde 1997). Em 2003, será iniciada a instalação de 150 MW para exploração da energia eólica.

Para além de reduzir a dependência energética do país e a emissão de gases causadores do efeito de estufa, a exploração da energia eólica cria postos de trabalho e dinamiza actividades económicas diversas, incluindo, entre outros, a produção de equipamento, a elaboração dos projectos de engenharia, a comercialização dos sistemas e a sua instalação. Além disso, a energia eólica é um processo eficiente de produção de electricidade para redução das quebras de tensão na Rede e permite que os terrenos ocupados sejam utilizados para outras actividades simultaneamente.

Este parque eólico, em particular, vai produzir tanta energia durante um ano como a que é consumida no concelho de Vila Pouca de Aguiar no mesmo período, com base nos consumos totais desse concelho do ano 2000, incluindo consumos domésticos, públicos e todos os sectores da actividade económica.

Além disso, a 2ª Fase do Parque Eólico permitirá que, ao longo de 20 anos, não sejam emitidas para a atmosfera cerca de 25 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂), que é um gás que provoca o efeito do estufa e o aquecimento global.

5. Porquê um Estudo de Impacte Ambiental ? Para que serve ?

Realizou-se um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para analisar os efeitos directos e indirectos (impactes) do Projecto no ambiente, para identificar e avaliar os efeitos positivos e negativos resultantes da execução do projecto, em cumprimento da legislação ambiental aplicável. A compreensão destes efeitos ajuda a implementar o projecto de forma a respeitar os valores ambientais locais importantes, a par da sua valiosa contribuição para reduzir os efeitos que alteram o clima do planeta.

O EIA foi realizado no período entre Outubro de 2001 e Janeiro de 2002, com um levantamento topográfico realizado em Setembro de 2002, para marcar as áreas sensíveis sob o ponto de vista da flora, vegetação, habitats prioritários e do património. O EIA assim produzido foi entregue ao Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente (MCOTA) para avaliação. Contudo, obteve uma Desconformidade Ambiental pelo facto de o MCOTA considerar que não eram concordantes a cartografia dos habitats na escala do levantamento topográfico e na escala 1:25000, com os textos correspondentes. Pelo facto, houve a necessidade de realizar novas saídas de campo (Dezembro 2002 / Janeiro 2003), desta vez com os técnicos do Parque Natural do Alvão, e, no âmbito de uma estreita colaboração, analisar quais as soluções mais adequadas em termos de acessos (sobretudo) e da linha de

transporte de energia entre as duas Fases de implementação do Parque Eólico do Alvão. É o EIA reformulado pela integração destes ajustamentos que agora se apresenta.

O Estudo de Impacte Ambiental analisou aspectos como:

- Clima;
- Geologia, Geomorfologia e Hidrogeologia;
- Recursos Hídricos de Superfície;
- Solos;
- Ecologia;
- Uso do Solo e Ordenamento do Território;
- Ambiente Sonoro;
- Paisagem;
- Património;
- Sócio-Economia;

dos quais a Ecologia, a Paisagem, o Uso dos Solos e o Ordenamento do Território, bem como o Património mereceram uma análise mais cuidada, dado o tipo de projecto e as características gerais do local onde será construído o Parque Eólico. Assim, o Clima e a Geomorfologia foram estudados para poder realizar-se uma análise mais completa noutros domínios, como por exemplo a componente de Paisagem.

Para análise dos aspectos de Ecologia, Paisagem, Uso dos Solos, Geologia, Património e Sócio-Economia foram realizadas visitas ao local para trabalho de campo, nos meses de Novembro e Dezembro de 2001.

Em Setembro de 2002 foi realizado o levantamento topográfico para marcação, no terreno e na carta topográfica, das áreas sensíveis sob o ponto de vista da flora, vegetação, habitats prioritários e do património.

Em Dezembro de 2002 e Janeiro de 2009 verificou-se uma reavaliação da informação relativa aos habitats presentes nos acessos alternativos propostos e no traçado da linha de transporte de energia entre Chã e a subestação já existente, desta vez realizada com a presença de técnicos do Parque Natural do Alvão, para esclarecimento completo de eventuais dúvidas resultantes da cartografia de habitats a diferentes escalas. Esta reavaliação teve por base saídas de campo conjuntas, assim como a prévia aprovação pelo Parque Natural do Alvão da cartografia final de habitats prioritários e não prioritários, a par dos elementos de projecto compatíveis.

Como o projecto em causa trata da ampliação de um parque eólico já existente, é importante referir que houve a preocupação de analisar os potenciais efeitos que resultam dessa

ampliação, ou seja, se há impactes mais importantes devido a esta ampliação. Estes efeitos foram estudados, em particular, para os seguintes descritores:

- Ecologia (flora, vegetação e habitats prioritários, fauna e habitats de suporte);
- Ambiente sonoro (ruído);
- Paisagem.

6. Que efeitos (impactes) poderá o projecto provocar no Ambiente ?

Os principais efeitos que poderão verificar-se sobre o ambiente pela implementação do projecto serão, sobretudo, a nível da vegetação, flora, habitats e fauna, da paisagem e da sócio-economia, embora tal não signifique que sejam efeitos necessariamente elevados ou todos negativos.

Há, também, o efeito indirecto na melhoria da qualidade do ar, quando se produz e se distribui energia ao consumidor, que é um efeito positivo muito importante, e é uma das principais justificações ambientais do projecto.

Os efeitos sobre a flora, vegetação e habitats serão, principalmente, decorrentes das obras de instalação dos aerogeradores e respectivos acessos, bem como da implantação da linha eléctrica e, embora prejudiciais, serão pouco extensos, temporários e, na maioria, reversíveis em pouco tempo. Todos os habitats importantes sob o ponto de vista da conservação da natureza foram devidamente marcados no terreno e numa planta topográfica para não serem afectados durante a construção do parque eólico.

Quando o parque eólico estiver a funcionar, é muito provável que se verifique um aumento do número de visitantes do local, o que pode ter efeitos negativos na vegetação devido ao pisoteio das áreas naturais tornadas mais acessíveis e ao comportamento menos correcto dos visitantes que poderão deixar o lixo espalhado. Este aumento de movimento poderá provocar alguma perturbação sobre os animais que poderão sofrer alguns efeitos negativos ou evitar a área.

Contudo, a monitorização levada a cabo no primeiro ano de funcionamento da 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão evidenciou que a área de implantação dos aerogeradores foi alvo de algumas visitas pontuais, sobretudo no início da sua exploração, não se tendo verificado acções de danificação da área envolvente.

Na fase de construção do parque eólico, os efeitos sobre os mamíferos serão reduzidos, tal como acontece para as aves, e são efeitos reversíveis, dado que a duração da fase de construção é de apenas seis meses.

Importa evidenciar que a análise do modo de interligação eléctrica entre os aerogeradores em Chã e a 1ª Fase do Parque, que possuía duas hipóteses de implantação – em cabo subterrâneo em vala ou em linha aérea – foi realizada em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza (ICN) e o Parque Natural do Alvão (PNA) que consideraram mais adequada, neste caso, a linha aérea.

Quando os aerogeradores estiverem a funcionar, poderão verificar-se alguns efeitos sobre as aves, sobretudo porque estas tendem a evitar a área. Contudo, o programa de monitorização em curso para a 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão tem demonstrado que este efeito parece não se verificar para a maioria das espécies de aves presentes.

Os estudos de observação da morte de aves por choque com as pás dos aerogeradores têm demonstrado que há menos mortes do que inicialmente se pensava devido a esta causa. Ao longo do período de funcionamento da 1ª Fase do Parque Eólico do Alvão (cerca de um ano) também não se verificaram mortes de aves por colisão.

Além disso, durante as visitas realizadas não foram observadas grandes densidades de aves, nem foram observadas espécies em perigo, nas áreas próximas aos locais onde vão ser instalados os novos aerogeradores.

Este projecto não tem efeitos importantes sobre o Uso dos Solos, embora se considere que ocorrerão incidências negativas, já que a área de ocupação do solo com os elementos do parque eólico é relativamente pequena quando comparada com a área total do parque eólico. Durante a fase de exploração, estarão já regeneradas as áreas auxiliares da obra, como são as plataformas de trabalho junto aos aerogeradores ou os acessos mais alargados que serão mais reduzidos após a finalização da fase de construção.

Em relação ao Ordenamento do Território e, particularmente, em relação à Reserva Ecológica Nacional (REN) verifica-se que todos os aerogeradores integram áreas afectas à REN, numa área de riscos de erosão, o mesmo acontecendo a parte do traçado dos caminhos alternativos de acesso estudados. Neste caso, a alternativa 3 de acesso é a que afecta menos área de REN.

Assim, recomenda-se que os novos acessos deverão ser executados em piso permeável (*tout-venant*), como previsto no projecto, dado que as áreas de implementação do projecto para ambos os sítios estão classificadas como áreas de REN. A instalação dos vários elementos de obra, bem como a abertura de acessos serão adequados à topografia e respeitarão a drenagem natural do terreno, prevendo as passagens de água (“passagens hidráulicas”) necessárias.

O ruído produzido durante as fases de construção e de exploração do parque eólico não implicará a ocorrência de efeitos negativos associados. Verificou-se que o ruído produzido pelos aerogeradores em funcionamento não irá ultrapassar o limite de 45 dB(A) definido na lei em vigor para zonas sensíveis. Contudo, as simulações realizadas apenas têm em conta a atenuação do ruído com a distância, sem terem em conta a dispersão do som pelo vento.

Em relação à Paisagem, os efeitos esperados são mais reduzidos do que se pensava inicialmente, porque apesar dos aerogeradores apresentarem grandes dimensões, não são muito visíveis a maiores distâncias. Por outro lado, é muito provável que as condições climáticas (como a presença frequente de nevoeiros durante o Inverno ou a cor cinzenta das nuvens, presentes em períodos do ano relativamente alargados) “ajudem” a enquadrar os aerogeradores sob o ponto de vista paisagístico, dificultando a sua visibilidade.

Importa, aqui, referir que há países europeus que aproveitam estes projectos para criar “marcos” na paisagem, francamente assumidos como uma forma de arte, e à qual chamam de “*landscape art*”.

Quanto ao Património, com base nas visitas ao local e no trabalho de campo, não se identificaram situações críticas, do ponto de vista dos efeitos deste projecto sobre o Património, nomeadamente no que respeita à Arqueologia. É, contudo, recomendado o acompanhamento das movimentações de terra a realizar durante a fase de obra.

Em relação à sócio-economia, tanto a construção, como a exploração do parque eólico, implicarão a criação de postos de trabalho, o que terá um efeito positivo a nível local, dado que a mão-de-obra será contratada na região entre a população dos lugares existentes na área do parque ou na sua proximidade.

Durante a fase de construção, verificar-se-á um aumento do comércio local de materiais de construção, sobretudo em Vila Pouca de Aguiar e em Ribeira de Pena e serão adjudicadas as empreitadas de construção a empresas ou entidades singulares com sede na área de influência, o que são efeitos positivos do projecto.

Prevê-se, ainda, na fase de construção, um incremento do comércio e da restauração na região. Dada a localização do parque, admite-se que os principais locais a beneficiar sejam Gouvães da Serra e Lamas.

A energia produzida no parque eólico poderá equilibrar eventuais quebras de tensão na rede, o que é positivo para as populações.

A beneficiação dos caminhos existentes para acesso ao parque e passagem da maquinaria e veículos de transporte de equipamentos e das torres dos aerogeradores, constituirão um benefício importante para a população que verá melhorada a acessibilidade à Serra, tanto para

recolha de lenha e para as áreas de caça, como para o acesso dos bombeiros para combate imediato aos incêndios. Contudo, este é um aspecto que necessita de ser ponderado pela necessidade de conservação da flora e vegetação da área, por forma a evitar a sua degradação pelo pisoteio por parte dos visitantes e pelo abandono indevido de lixo, pelo que este acesso poderá não ficar tão acessível como as populações desejariam (e foi possível verificar pelo trabalho de campo junto das mesmas).

É, também, importante referir os benefícios económicos para Santa Marta da Montanha e para Gouvães da Serra, que serão aplicados em projectos considerados importantes pelas Juntas de Freguesia.

O desenvolvimento do Estudo de Impacte Ambiental permitiu identificar que, a nível das populações locais, pelo menos por parte dos representantes das forças vivas locais, o projecto é “bem recebido”, na medida em que permite conferir alguma valia a “terrenos baldios” sem valia específica para as populações. A Junta de Freguesia de Santa Marta da Montanha já tem projectos para a aplicação desse capital e tem grandes expectativas no desenvolvimento deste projecto.

Por fim, salienta-se o facto da instalação do parque e do seu funcionamento não inibir as utilizações dos terrenos para actividades que não colidam com o fim a que se destina o arrendamento dos terrenos. Assim, as actividades de pastoreio que actualmente se verificam no alto da Serra poderão continuar a fazer-se, não prejudicando os proprietários do gado.

7. Que medidas se prevêm para garantir que o Projecto funciona sempre bem em termos ambientais ?

Para garantir que o projecto funcionará bem em termos ambientais foram previstas algumas medidas. Primeiro, foram consideradas medidas e acções que poderão contribuir para reduzir os efeitos negativos identificados, às quais se chama “medidas minimizadoras” e que se enumeram seguidamente:

- algumas medidas minimizadoras estão já previstas pelo proponente, como é o caso dos acessos a melhorar ou a construir (no caso do acesso directo aos aerogeradores), serem apenas revestidos com “*tout-venant*” (permeável), em vez de serem asfaltados. Além disso, possuem valas de drenagem e, sempre que necessário, foram previstas, verificadas e melhoradas, as passagens de água (passagens hidráulicas) que os caminhos a construir de novo e os caminhos actuais a melhorar cortam, para garantir que funcionarão sempre bem;
- a tecnologia dos próprios aerogeradores tem evoluído para os tornar equipamentos mais silenciosos e mais “elegantes”, por forma a reduzir os efeitos visuais;

- foi, também, recomendado o acompanhamento da obra por um arqueólogo, para que possa conservar e sinalizar as ocorrências com interesse identificadas neste Estudo;
- outras medidas referem-se, essencialmente, a adoptar “boas práticas” nas fases de construção e de exploração (planificação dos trabalhos, acompanhamento ambiental da obra), de modo a reduzir os efeitos de destruição da vegetação, abandono de resíduos, descuidos que possam provocar incêndios, entre outros aspectos.

Por outro lado, para garantir que o projecto funcionará sempre bem em termos ambientais foram previstos inventários para estudar os efeitos do Parque Eólico sobre a vegetação e sobre os animais, principalmente sobre as aves.

A nível do Ruído sugeriu-se a realização de medições em Viduedo, a realizar de três em três meses no primeiro ano de funcionamento do Parque e a ajustar em caso de necessidade. Estas medições podem não se realizar se não se verificar um aumento do ruído que possa suscitar queixas por parte da população, tanto mais que o vento dominante é de Norte para Sul ou de Noroeste para Sudeste, afastando o efeito de ruído de Viduedo.

A estes programas de inventários e de medições, que serão desenvolvidos com uma frequência própria, chama-se “monitorização do Projecto”. Os resultados obtidos, devidamente registados, serão, depois, avaliados pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA). A este acompanhamento por parte do MCOTA chama-se “fase de pós-avaliação do Projecto”, conforme está previsto na legislação ambiental aplicável, sendo uma forma de garantir que o projecto está bem enquadrado em termos ambientais.